

Sobre Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, *Convite à Sociologia Reflexiva*, Porto, U.Porto Press, 2023

José Madureira Pinto

I

Começo por agradecer aos responsáveis do *Instituto de Sociologia da Universidade do Porto* e da *U.Porto Press* o convite que me endereçaram para participar, no âmbito do Ciclo de Palestras sobre “Bourdieu e os seus livros”, na apresentação e discussão de *Convite à Sociologia Reflexiva*, a obra de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant que agora foi publicada por aquela Editora. Saúdo e agradeço ainda a presença nesta sessão da Professora Fernanda Ribeiro, Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e da Doutora Isabel Pacheco, Coordenadora Editorial da *U.Porto Press*, homenagem que também dirijo à Doutora Maria José Cunha, que acompanhou de perto a edição e revisão da obra, a Laura Crespo, responsável pelo *design* e paginação da mesma, e a todos os trabalhadores que permitiram, sob pressão de *timings* muito apertados, a execução material do livro agora apresentado.

Uma saudação muito especial é devida a Loïc Wacquant, coautor de *Convite à Sociologia Reflexiva*, que hoje nos acompanha a partir de Berkeley, via *Zoom*. Sendo, como é sabido e adiante confirmaremos, um dos principais conhecedores, divulgadores e continuadores da obra de Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant é, além disso, um dos mais criativos sociólogos da atualidade (com publicações notáveis em domínios tão diversos como a sociologia da exclusão, a sociologia urbana, a sociologia do corpo e a epistemologia das Ciências Sociais).

Uma vez que tem colaborado de perto e de forma invulgamente empenhada com sociólogos portugueses, entre os quais o tradutor da obra que agora se apresenta, Loïc Wacquant é, afinal, alguém que, mesmo à distância de muitos milhares de quilómetros, nos parece sempre próximo. Para ele um abraço de sincero reconhecimento por tudo que tem feito em prol do avanço da Sociologia, tanto neste como no outro lado do Atlântico.

Faço questão de, nesta oportunidade, deixar registado, em breves palavras, um agradecimento igualmente veemente a Virgílio Borges Pereira, a quem coube a responsabilidade de traduzir a versão original da obra para português. Ele é, como se sabe, um íntimo conchedor e prolixo utilizador do aparelho teórico e epistemológico construído por Pierre Bourdieu, mas devemos-lhe, além disso, a realização de estudos sobre a sociedade portuguesa que se tornaram uma referência frequentemente invocada pelos especialistas, tanto entre nós como na comunidade sociológica europeia.

A propósito especificamente da tradução do livro de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant que aqui está a ser apresentado, há que realçar o rigor e brilho de mais este trabalho que Virgílio Borges Pereira faz chegar a todos aqueles sociólogos e demais leitores de língua portuguesa que, teimando em ultrapassar resistências, preguiças e preconceitos insensatos, têm encontrado na sociologia bourdieusiana uma preciosa alavancas para encarar a "*miséria do mundo*" com o realismo, a saudável crueza, o inconformismo intelectual, mas também a serenidade informada, que tão necessários são para com ela lidar, e, tanto quanto possível, atenuar os seus lados mais obscuros.

Traduzir esta obra foi, sabemo-lo bem, uma tarefa árdua só ao alcance de cientistas sociais sabedores e tenazes. Permitam-me, por isso que, em nome da velha geração de sociólogos, mas sobretudo em nome dos sociólogos portugueses mais jovens, agradeça este novo contributo de Virgílio Borges Pereira para a expansão do conhecimento e da reflexividade sociológica inspirada por Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant.

II

1. *Convite à Sociologia Reflexiva*, o livro de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant agora publicado pela U.Porto Press, é uma versão corrigida e aumentada de *An Invitation to Reflexive Sociology*, livro editado conjuntamente, em 1992, pela University of Chicago Press e pela Polity Press, do qual surgiu, no mesmo ano, uma versão abreviada em língua francesa nas Éditions du Seuil: Pierre Bourdieu (avec Loïc Wacquant), *Réponses. Pour une Anthropologie Réflexive*.

O *Convite* agora dado à estampa tomou como referência a versão francesa de *An Invitation to Reflexive Sociology* publicada em 2014 pelas Éditions du Seuil com o título *Invitation à la Sociologie Réflexive*, a qual veio atualizar e ampliar significativamente as diferentes edições do livro; mas – e este ponto é importante – a versão em língua portuguesa que agora se apresenta inclui, para além de uma concisa, mas esclarecedora, Nota do Tradutor, vários contributos originais de Loïc Wacquant.

2. Passando a uma análise mais circunstanciada do livro, começarei por aludir a um conjunto de aspetos que, sendo transversais a todo o texto, emergem sobretudo nos contributos de Loïc Wacquant escritos propositadamente para esta edição. Refiro-me concretamente a aspetos relativos à esfera, nem sempre devidamente iluminada, *da circulação de ideias, em particular, da circulação internacional de ideias*.

Tudo indica que, nas formações científicas contemporâneas, tem vindo a acentuar-se a tendência para que os seus membros, além de serem condicionados nas respetivas práticas por um contexto organizacional e institucional restrito (de âmbito, quando muito, nacional), tenham de agir em função de lógicas de funcionamento, de quadros de referência intelectuais e de estruturas de poder envolvendo redes de produção e de intercâmbio de conhecimentos com âmbito eminentemente transnacional. Ponderar, com argumentos sociologicamente fundamentados, a especificidade e eficácia diferencial de tais redes constitui, então, orientação genérica que, cada vez mais, será necessário assumir para repensar realisticamente, quer as novas “estruturas de oportunidade” com que se confrontam os agentes do campo científico, quer, consequentemente, a pertinência de eventuais intervenções que, na perspetiva de uma epistemologia reformista, se lhes dirijam.

Em favor da livre e ampla circulação internacional das ideias, defende Pierre Bourdieu que, nos domínios da cultura e da ciência, o juízo de avaliação feito a partir do estrangeiro tem semelhanças com o julgamento feito pela posteridade: “Se, em geral”, admite ele, “talvez se pudesse dizer que a posteridade julga melhor, tal acontece porque os contemporâneos são concorrentes e têm interesses escondidos em não compreender ou mesmo em impedir de compreender”. Ora, acrescenta o mesmo Bourdieu, os estrangeiros, tal como a posteridade, tendem a usufruir de “uma distância, uma autonomia perante os constrangimentos sociais do campo” (Bourdieu, 2002, p. 4) que, em princípio, lhes confere graus adicionais de isenção e argúcia.

Sem querer recusar pertinência a tal ponto de vista, vale a pena, ainda assim, dirigir algumas prevenções a todos os que, querendo acreditar numa bondade intrínseca e sem mácula da circulação alargada das ideias científicas, apostem na internacionalização da comunidade dos cientistas como meio naturalmente eficaz, e, por isso, inquestionavelmente legítimo, para fazer triunfar a verdade sobre o erro.

Ora, não parece aceitável, em primeiro lugar, que, ao mesmo tempo que se acredita na possibilidade de haver um efeito enviesador no desenvolvimento das práticas científicas nacionais imputável às estruturas de poder (científico e social), se ignore, por princípio, a eventualidade de estas terem enraizamento e raio de influência eminentemente transfronteiriços. Bem pelo contrário, faz todo o sentido ponderar a possibilidade de a transferência internacional de saberes, que envolve intercâmbios, socialmente não neutros, entre instituições académicas e não-académicas e diferentes formas de mobilidade de cientistas, incluindo migrações de longo prazo (Heilbron, Guilhot e Laurent, 2008), tender a reproduzir, na esfera da circulação das ideias, ainda que de forma não linear, a relação hierárquica e inigualitária entre “centros” e “periferias” que se admite ligar, à escala global, as diferentes formações sociais (a tal respeito, os processos de transnacionalização da Economia como disciplina científica e da construção da profissão de economista enquanto profissão global constituem exemplos bem elucidativos).

Em segundo lugar, importa ter presente que a apropriação pelo campo científico nacional de saberes produzidos e legitimados fora de fronteiras está longe de ser, em todas as circunstâncias, um processo social neutro e transparente, já que nele podem interferir, de facto, operações de filtragem, de etiquetagem e de tradução/recriação de sentido em que as categorias de percepção, as lógicas de funcionamento e as estruturas de poder instaladas no espaço de receção são, em última instância, decisivas – constituindo mesmo, por vezes, uma espécie de *“prisma deformante”* do sistema de conceitos e relações entre conceitos, tal como surgiu no campo de produção originário (a expressão “prisma deformante” é do próprio Bourdieu – Bourdieu, 2002, p. 7).

Por fim – mas, em certo sentido, talvez devesse ser esta a primeira prevenção a registar quando se equacionam as virtualidades da circulação de produtos científicos –, não se pode perder de vista, ao encarar os problemas colocados pela internacionalização do conhecimento científico, a diversidade de condicionamentos epistemológico-referenciais com que, a este respeito, se confrontam os diferentes campos disciplinares existentes. É crucial ter desde logo em conta a circunstância de, no caso particular das ciências

histórico-sociais, ser incontornável, como oportunamente lembrou Jean-Claude Passeron, a necessidade de recorrer a uma “especificação espaço-temporal” dos seus objetos, desde as asserções mais gerais até, por maioria de razão, as que se referem a circunstancialismos empíricos finos (Passeron, 1991, p. 25). Tal particularidade faz toda a diferença quando, no âmbito das Ciências Sociais, esteja em causa ponderar possibilidades e limites do intercâmbio de saberes à escala global.

Não se trata de, com estas prevenções, pôr em causa as potencialidades de uma internacionalização das ciências; pretende-se, sim, sugerir que a efetivação de tais potencialidades depende, como acontece com quaisquer outras propriedades imputadas às ciências, da existência de condições socio-organizacionais (globais, sectoriais e locais) adequadas. Tratar de as identificar/objetivar e, na medida do possível, fazer emergir como problema com relevância própria é, então, mais uma das exigências que hoje se colocam à reflexividade e epistemologia reformistas no domínio das Ciências Sociais (Bourdieu, 2001, Cap. 3; Pinto, 2007, Cap. I, 6 e 7).

3. Na géneze do livro que agora se apresenta, esteve o movimento de circulação internacional de ideias que se iniciou no momento em que surgiu a oportunidade, institucionalmente ratificada, de fazer chegar uma das obras maiores da literatura sociológica universal a um público informado mas, na generalidade, retraído por barreiras linguísticas insanáveis (no caso, os alunos de doutoramento da Universidade de Chicago mobilizados, entre 1987 e 1988, para discutir e aprofundar a obra de Pierre Bourdieu, com a presença do próprio autor).

A participação de Loïc Wacquant – como acelerador, como tradutor-intérprete excepcionalmente qualificado e como autor com marca própria – no intercâmbio e publicação de ideias que emergiu (talvez pudéssemos dizer “explodiu”) a partir deste contexto académico *sui generis* foi decisiva, não apenas para o sucesso do seminário, como, sobretudo, para a divulgação posterior dos resultados que, graças às dinâmicas comunicacionais concretizadas no seu âmbito, foram alcançados quer pelos estudantes-sociólogos envolvidos, quer pelos próprios Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, quando, tomando-os por base e fonte de inspiração, redigiram, entre 1988 e 1991, o já citado *An Invitation to Reflexive Sociology*.

O livro acabou por constituir, ele próprio, ponto de partida e referência durável para uma miríade de reflexões teóricas, metodológicas e políticas de sabor e conteúdo bourdieusianos que, após a sua publicação, vieram a ser

elaboradas em língua inglesa, e que, desse modo, se tornaram acessíveis e objeto de discussão intensa no, até então distante, universo anglo-saxónico de investigação e ensino da Sociologia.

De sociólogo francês a quem vagamente se concedia um toque de originalidade, mas que, para muitos, não deixara de ser considerado um autor distante, hermético e até misterioso (quando não simplesmente ignorado por razões eminentemente prático-lingüísticas), Pierre Bourdieu torna-se, em aliança formidavelmente criativa com Loïc Wacquant, um dos grandes nomes da Sociologia do século XX.

Para tanto, muito terão contribuído a “forma de expressão” e o “modo de exposição” adotados pelos autores de *An Invitation to Reflexive Sociology*: os de um “diálogo escrito” – e vou citar palavras da contracapa do livro que estamos a apresentar – “que combina o rigor da exposição analítica com a flexibilidade do intercâmbio argumentativo dos postulados fundamentais (...) da teoria da prática e do mundo social elaborada por Pierre Bourdieu ao longo de trinta anos de investigações, identificando o seu “núcleo duro’ conceptual” com vista a esclarecer as suas filiações e implicações, tanto científicas como cívicas”, e “ilustrar, contra a tradição escolástica (...), uma conceção (...) do trabalho sociológico como aplicação reflexiva de esquemas práticos para a construção científica do facto social”.

A partir da extensa e crescente difusão, nos circuitos académicos de língua inglesa, de *An Invitation to Reflexive Sociology* estavam finalmente abertas as portas para um amplo *reconhecimento*, no campo da sociologia não-francófona, da originalidade e pertinência da obra de Pierre Bourdieu, aumentando ainda, em proporção idêntica, no espaço público mais alargado da circulação de ideias, a respetiva *notoriedade* – o que logo deu a entender que estaria para breve, como de facto veio a acontecer, a entrada de várias das suas propostas, no debate e no jogo de forças propriamente *políticos* (de facto uma *reentrada* se tivermos em conta que a fase inicial do seu trabalho, realizada numa Argélia em transe de descolonização, respirava política por todos os poros).

4. Se, na génese do livro em análise e nos fenómenos de difusão de conhecimento que lhe estão associados, surgem, em plano destacado, como ficou dito, peculiares processos de circulação académica de conhecimentos, deve acrescentar-se que a franca abertura a universos intelectuais não-nacionais – outra manifestação dos mesmos fenómenos – foi uma das marcas distintivas do trabalho que, na qualidade de leitor de obras sociológicas, pertencentes ou

exteriores ao perímetro da Sociologia, Pierre Bourdieu quis, *desde o início do seu percurso académico-científico*, preservar.

Marcado, sem dúvida, pela dureza e erudição da formação a que, como estudante propenso a aprofundar o estudo da história e filosofia das ciências, foi sujeito na *École Normale Supérieure*, cedo aliará ele o conhecimento obtido nestas áreas àquele que resultará de uma progressiva conversão à Sociologia e à Antropologia, construída, ela própria, em estreita sintonia com a observação de situações concretas numa Argélia em transição, dolorosamente contraditória e paradoxal, para a independência.

Mas a busca assumidamente eclética, porém seletiva e focada segundo critérios e crivos intelectuais precisos, de elementos de conhecimento e fontes de inspiração só acessíveis a quem, por convicção e genuína vontade de saber, frequente os circuitos internacionais das ideias e, em particular, do saber sociológico – essa pulsão erudicional, mas não escolástica, a que Bourdieu soube responder, dizia eu, irá acompanhá-lo ao longo de toda a carreira.

Assim, percorrerá, com entusiasmo mas sem qualquer ponta de complacência epistemológica, a Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss, tal como a bem diversa Antropologia Cultural norte-americana; a Linguística – também ela dita estrutural – de Ferdinand de Saussure ou Noam Chomsky, tal como a nada estrutural Filosofia da Linguagem de Ludwig Wittgenstein ou a análise sociologicamente apimentada de atos de fala de Émile Benveniste, Oswald Ducrot, John Austin ou Pierre Encrevé; tanto a ambiciosa e abstrata Teoria Geral da Ação de Talcott Parsons, como as bem mais concretas propostas de análise goffmaniana das interações e dos encontros sociais, passando pela análise durkheimiana da relação entre estruturas socio-espaciais e formas de consciência e crenças coletivas, pelas configurações sociais de Norbert Elias ou as atraentes teorias e metodologias de “médio alcance” de Robert K. Merton; tanto as contribuições semiológicas mais em voga no tempo em que construía e punha à prova as suas heréticas propostas sociológicas, quanto as bem menos procuradas reflexões de Ernst Cassirer sobre a produção de sentido, para, com base numas e noutras, se lançar no, para muitos arrepiante, desvendamento da violência simbólica (simbólica, mas com garras políticas) com que sempre se tece a ordem social, e, em simultâneo, a silenciosa submissão à ordem social.

5. Ora, quem ler – e vale a pena fazê-lo com regularidade – *Le Métier de Sociologue* (um livro, publicado em 1968, que Pierre Bourdieu preparou e escreveu em colaboração com Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron)

aperceber-se-á da imensidão de possibilidades de conhecimento teórico e de autodefesa crítica que, através dele, eram postas à disposição de quem quisesse preparar-se para uma iniciação conscienciosa ao ofício de sociólogo. Graças à vontade de subverter fronteiras disciplinares e limites arbitrários institucionalmente impostos, naturalizados e reproduzidos por escolas de pensamento estabelecidas que Bourdieu e os seus colaboradores assumiam no *Métier de Sociologue*, tornava-se possível para os aprendizes de sociologia que o desbravassem partirem para a aventura do conhecimento relativamente libertos quer de falsas certezas sobre si próprios e sobre “o seu” mundo social, quer de traíçoeiras ingenuidades sobre o método científico inculcadas inintencionalmente em percursos de aprendizagem anteriores.

Ponto alto do que Wacquant denomina “momento Bachelard” do exercício de reflexividade sociológica com que Bourdieu fez questão de se dotar ao analisar ações e relações sociais, *Le Métier de Sociologue* equaciona e discute os três grandes eixos em torno dos quais, segundo os seus autores, se organizam, hierarquizam e devem ser avaliadas as tarefas dos cientistas: *rutura*, pela qual o facto “é conquistado contra a ilusão do saber imediato”, na convicção de que a familiaridade com o social é o obstáculo epistemológico primeiro com que se debate o projeto sociológico; *construção*, pela qual não só se contrariam as consequências do espontaneísmo empirista, com recurso à problematização, objetivação e estabelecimento de hipóteses teóricas sobre relações entre fenómenos, como, por outro lado, se denuncia a falsa neutralidade de técnicas e métodos de pesquisa que, ainda que sob vestes de insuspeito rigor formal, nunca deixam de transportar consigo pressupostos substantivos que não é legítimo isentar de uma crítica sistemática; finalmente, terceiro eixo, *constatação*, no qual se elegem e põem em prática procedimentos de recolha e de tratamento de informação sobre os universos empíricos analisados e se testa a adequação dos modelos que, a título de hipóteses explicativas, sobre eles previamente se construíram.

Na conclusão da obra, já ficavam apontados alguns dos caminhos que Pierre Bourdieu virá a trilhar, com pertinácia quase obsessiva, em trabalhos subsequentes: *caminho um*: assunção da necessidade de incluir nas rotinas do ofício de sociólogo, a par de instrumentos de vigilância epistemológica e metodológica “interna”, uma atenção particular aos efeitos que a condição social e o enraizamento institucional dos cientistas (entre os quais os sociólogos, eles próprios) tendem a projetar inintencionalmente no trabalho que realizam (vigilância “externa”); *caminho dois*: necessidade de identificar e objetivar sem complacência as expressões mais ou menos elaboradas, mas em qualquer caso

eminentemente furtivas, do etnocentrismo intelectual por excelência que se chama tentação escolástica (a tentação, tantas vezes mesclada de sobranceria, que consiste em projetar fictivamente as “coisas da lógica”, depuradas até parecerem puras, na implacavelmente impura “lógica das coisas”); *caminho três*: tentativa de fazer da sociologia (e da sociologia da ciência e dos intelectuais, em particular) um instrumento com eficácia própria na construção de formas de saber que possam, com alguma legitimidade, aspirar à promoção de uma epistemologia reformista e, por essa via, ao enunciado de caminhos de emancipação política.

6. Recordo quão perturbador foi para mim (jovem economista a tentar, no início da década de 1970, reconverter a sua formação ao que então vislumbrava serem as aliciantes possibilidades de conhecimento e abertura disciplinar ao alcance da Sociologia), o encontro, através do *Métier de Sociologue*, com a obra de Pierre Bourdieu. Treinado para me render sem protestar ao sortilégio da modelização e da formalização teórico-metodológica, alavancas intelectuais que permitiam tratar com insuspeito rigor e grande tranquilidade de consciência, grandezas e regularidades que a realidade económica “em si” ofereceria numa bandeja de cristal a quem quisesse estudá-la, senti, à medida que *Le Métier* se impregnava como uma espécie de circulação sanguínea alternativa e se me colava como segunda pele, a angústia da perda de referências e de segurança existencial que uma formação académica empresta a quem a vive com convicção e a correspondente tranquilidade de consciência epistemológica.

Se há algum pretexto para se falar, com legitimidade razoavelmente garantida, de “crise identitária” a propósito de acidentes biográficos, sempre socialmente determinados, que pontuam os nossos percursos existenciais, então o que comigo se passou nesta encruzilhada entre uma formação em Economia e a iniciação à Sociologia tem todo o ar de configurar uma angustiante “crise identitária”.

E não nego, bem pelo contrário, que, alguns anos mais tarde, quando, como docente, tentava propor a estudantes de Economia, uma iniciação às Ciências Sociais organizada em torno dos grandes eixos de reflexão propostos pelo *Métier de Sociologue*, tenha sido responsável por algumas, também elas dolorosas, “crises identitárias”.

Nunca esquecerei, a este respeito, o que um dia me ocorreu no fim de uma aula durante a qual, porventura com entusiasmo excessivo, me tinha alargado em considerações e ilustrações sobre as falsas evidências do senso comum e da sabedoria económica convencional.

No decurso da exposição, através de muitos exemplos e alguns argumentos de boa fé racionalista que, aliás, grande parte dos destinatários recusava liminarmente por serem manifestamente “contraintuitivos”, tinha tentado mostrar, que a rutura epistemológica com certas verdades-feitas ou meias-verdades presentes nos discursos eruditos das Ciências Sociais era um passo indispensável à conquista de espaço vital para a construção racional e validação empírica conclusiva de conhecimentos sobre o social.

Já sem alunos na sala, e preparando-me para escrever tranquilamente no “livro de ponto” algumas linhas com o sumário da aula, eis que se me dirige um jovem estudante com sinais de alguma perturbação emocional, nomeadamente congestionamento facial e um ligeiro, mas invulgar, brilho nos olhos. Preparei-me para o pior, mas a declaração que ouvi, solene, mas muito bem-comportada, não passou de um desabafo quase choroso. Disse-me o jovem: “Hoje foi o dia em que o professor acabou com as últimas ilusões da minha juventude!”

Acontece que – vim a percebê-lo algum tempo depois – a segurança que eu próprio exibia ao garantir a superioridade epistemológica de interpretações sobre o social que manifestamente haviam rompido com o senso comum ou o semi-saber erudito das Ciências Sociais tinha, ela própria, afinal, vários pontos-fracos, senão mesmo preocupantes pés de barro.

É que – como Pierre Bourdieu viria proclamar, entretanto – o avanço do conhecimento sobre o social exige que à rutura epistemológica objetivista, autora, já de si, de estremecções identitários significativos entre os praticantes das Ciências Sociais, se associe, uma segunda rutura – tão ou mais disruptora (passe o pleonasmo) do que a anterior: a rutura, dita “praxeológica”, operação através da qual possam esses mesmos praticantes racionalizar e controlar os efeitos de desconhecimento que os instrumentos de conhecimento indispensáveis a concretizar a primeira rutura tendem a transportar, eles próprios, para o trabalho científico.

Trata-se, a esta nova luz, de explicitar os “efeitos perversos” associados ao modo de conhecimento objetivista, nomeadamente o que consiste em converter regularidades sociais codificadas na teoria em regularidades observadas (no sentido de “cumpridas”) pelos atores. Romper com tais efeitos implica impedir que se tomem como lógicas das práticas dos agentes o que, afinal, não corresponde senão a um conjunto de lógicas abstratas construídas no plano do conhecimento para dar conta das primeiras, objetivando-as. Estará agora em causa operar uma segunda rutura (dita “praxeológica”) capaz de superar os limites do objetivismo, sem, contudo, regressar ao espontaneísmo que este último pretende, legitimamente, combater.

Escusado será acrescentar que tal rutura nunca poderá consumar-se sem uma minuciosa referência às condicionantes sociais, e em especial institucionais, dos processos de produção de conhecimentos científicos. Tal como quaisquer outros, tais processos têm uma história e estão sujeitos a contingências, a constrangimentos estruturais e a estratégias de afirmação e de poder que, seguindo embora lógicas relativamente autónomas, nunca se limitam a pairar acima do complexo de determinações sociais existente. Nestas condições, a Sociologia, e em particular a Sociologia do campo científico, é chamada a intervir como instrumento privilegiado para levar a bom termo a segunda rutura de que falámos.

Não se trata de, deste modo, nos deixarmos enlear num inconsequente círculo vicioso – se há algo de circular neste processo, é de um círculo virtuoso que estamos a falar. E a virtude que assim se estará cultivando não será senão a da libertação, sempre inacabada, sabemo-lo bem, dos obstáculos com que a razão permanentemente se confronta.

É para este tipo de reflexividade sociológica que este livro nos convida. Abramo-lo, pois, sem qualquer receio.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P., Passeron, J.-C., & Chamboredon, J.-C. (1968). *Le Métier de Sociologue*. Paris: Mouton/Bordas.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press/Polity Press.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *Réponses. Pour une Anthropologie Réflexive*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir Éditions
- Bourdieu, P. (2002). "Les conditions sociales de la circulation internationale des idées", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 145, 3-8.
- Passeron, J.-C. (1991). *Le raisonnement sociologique. L'espace non-poppérien du raisonnement naturel*. Paris: Éditions Nathan.
- Heilbron, J., Guilhot, N., & Jeanpierre, L. (2008). Toward a transnational history of the social sciences. *Journal of the history of the behavioral sciences*, 44(2), 146-160. <https://doi.org/10.1002/jhbs.20302>.
- Pinto, J. M. (2007). *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*. Porto: Edições Afrontamento.

